



DOMINGO DE MANHÃ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024

PROCURADOR

INSTRUÇÕES

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão estar armazenados dentro de embalagem específica fornecida pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preferencialmente preta, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata eliminação do certame.
3. Certifique-se de que este caderno:
 - contém 100 (cem) questões objetivas;
 - **refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição.**
4. Cada questão da prova teórico-objetiva oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
6. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. No caderno de prova, você poderá rabiscar, riscar e calcular.
9. Os gabaritos preliminares da prova teórico-objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.



V1_22/04/2024 16:10:22



LÍNGUA PORTUGUESA**A Boa Linguagem***Por Eduardo Sabagg*

01 O pensamento humano organiza-se, articula-se e ganha nitidez medida que o indivíduo
02 exercita a linguagem.
03 Quanto mais nos esforçamos para exprimir nossas ideias de modo claro, mais alcançamos
04 essa virtude rara na comunicação.
05 Isso nos leva a admitir que a escrita pode ser aprimorada ao longo do tempo. É sabido que
06 não se consegue fluência em um idioma sem contínuo esforço.
07 É importante também que se frise que há idiomas e idiomas, isto é, não há parâmetros de
08 comparação entre nosso riquíssimo vernáculo e outras línguas do globo. Espalhados pelos cinco
09 continentes, somos mais de 240 milhões de cultores de um idioma sedutor e rico. Nesse passo,
10 Analu Fernandes obtempera: "A língua portuguesa não é difícil. É rica".
11 Essa riqueza, que se mostra pelo brilho de uma gramática lógica e empolgante, tem que ser
12 perscrutada e assimilada, cotidianamente. proporção que se aperfeiçoa a linguagem,
13 aprimora-se o modo de pensar _____ o desenvolvimento da linguagem permite a organização
14 do pensamento e a exteriorização deste em toda a sua complexidade. O esforço trará a
15 consecução do resultado querido: o sucesso na transmissão do pensar. Aliás, "o que é escrito
16 sem esforço é geralmente lido sem prazer" (Samuel Johnson).
17 Como se pode notar, a boa linguagem passa por organização das ideias, com o propósito de
18 que o pensamento, uma vez disciplinado, possa se traduzir em convencimento de outrem.
19 A expressão do pensamento é uma manifestação humana, que pode se representar pela
20 exteriorização da fala, de gestos, da escrita ou de comportamento.
21 É vital, para uma escrita a contento, que se conceba de antemão a ideia querida, refletindo-
22 a em um processo de "ruminação mental", com o fito de manifestá-la com a clareza e a
23 objetividade da boa linguagem. Com efeito, aquilo que se pretende enunciar deve ser bem
24 concebido, com uma detida reflexão da manifestação pretendida. Repise-se que a reflexão é pré-
25 requisito para a expressão.
26 É necessário pensar detidamente sobre um assunto, uma ideia, antes de expressá-la. O
27 pensamento, em sua origem, é uma massa disforme que, aos poucos, vai ganhando ordem e
28 corporificação, na busca das palavras exatas que servirão para transmiti-lo.
29 Em nosso dia a dia, no entanto, não nos dedicamos essa prática, ao cultivar hábitos
30 impulsivos de exteriorização de ideias, o que torna o texto escrito tradutor de lampejos mentais
31 irrefletidos.

(Disponível em: Sabbag, Eduardo. Manual de português jurídico / Eduardo Sabbag. — 7. ed. reform. e atual. — São Paulo: Saraiva, 2013. – texto adaptado especialmente para esta prova).

QUESTÃO 01 – Considerando o emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas pontilhadas das linhas 01, 12 e 29.

- A) à - À - a
- B) à - À - à
- C) a - À - a
- D) a - A - à
- E) à - A - à

QUESTÃO 02 – Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna tracejada da linha 13.

- A) por que
- B) porque
- C) porquê
- D) por quê
- E) pôr que

QUESTÃO 03 – Nas linhas 01 e 03, tem-se duas orações conectadas por locução conjuntiva que lhes confere determinado sentido. Assinale a alternativa que indica corretamente tal sentido.

- A) Causa.
- B) Consequência.
- C) Proporção.
- D) Tempo.
- E) Modo.

QUESTÃO 04 – Considerando o emprego dos sinais de pontuação, analise as assertivas a seguir:

- I. Na linha 01, a vírgula hachurada está separando orações coordenadas assindéticas dispostas em uma sequência.
- II. As vírgulas hachuradas na linha 27 separam um adjunto adverbial intercalado.
- III. As aspas hachuradas na linha 10 são empregadas pelo mesmo motivo das da linha 22.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 05 – Considerando o exposto pelo texto e a forma adequada de expressão escrita, analise as assertivas a seguir:

- I. De acordo com o autor do texto, a linguagem escrita precisa ser exercitada para ser aprimorada.
- II. O autor demonstra uma atitude duvidosa em relação à variedade e à riqueza de nosso idioma.
- III. O autor afirma que a exteriorização do pensamento pela escrita se dá na mesma velocidade e do mesmo modo que pela fala.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 06 – Assinale a alternativa que apresenta uma palavra que poderia substituir corretamente o vocábulo "obtempera" (l. 10) sem causar alterações significativas ao sentido do trecho em que ocorre.

- A) Responde.
- B) Redargui.
- C) Replica.
- D) Comenta.
- E) Contradiz.

QUESTÃO 07 – Assinale a alternativa na qual NÃO haja a ocorrência de redundância.

- A) O treinamento ainda vai levar mais um ano.
- B) O menino exercitou-se, mas não se saiu bem, no entanto.
- C) A professora vai manter o mesmo estilo de prova.
- D) Eu e meus irmãos ainda continuamos próximos.
- E) O preço do produto é extorsivo.

QUESTÃO 08 – Considerando o emprego da palavra “outrem” (l. 18), analise as assertivas a seguir:

- I. Trata-se de pronome indefinido.
- II. A palavra indicada poderia ser substituída por “outra pessoa”.
- III. “Outrem” admite flexão de número quando se refere a “outras pessoas”.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 09 – Assinale a alternativa que apresenta a correta reescrita do trecho a seguir empregando-se a voz passiva sintética:

“o que é escrito sem esforço é geralmente lido sem prazer”.

- A) “o que se escreve sem esforço geralmente lê-se sem prazer”.
- B) “o que se escrevia sem esforço geralmente lia-se sem prazer”.
- C) “o que se seria escrito sem esforço geralmente ler-se-ia sem prazer”.
- D) “o que se escreveria sem esforço geralmente ler-se-ia sem prazer”.
- E) “o que se escreveu sem esforço geralmente lê-se sem prazer”.

QUESTÃO 10 – Analise os dois períodos a seguir e as assertivas a seu respeito:

- Meus vizinhos, que são meus amigos, estão sempre ao meu lado em situações difíceis.
- Meus vizinhos que são meus amigos estão sempre ao meu lado em situações difíceis.

Assinale a alternativa FALSA a respeito dos períodos anteriores.

- A) Os dois períodos estão corretos do ponto de vista gramatical.
- B) O emprego ou não das vírgulas acarreta alteração de sentido aos períodos anteriores.
- C) O emprego ou não das vírgulas relaciona-se ao tipo de oração adjetiva empregada em cada uma das situações.
- D) No primeiro período, pode-se inferir, a partir do emprego dos sinais de pontuação, que todos os meus vizinhos são meus amigos.
- E) No segundo período, pode-se inferir, a partir da supressão dos sinais de pontuação, que todos os meus vizinhos são meus amigos.

REALIDADE SOCIOPOLÍTICO-HISTÓRICA DO RS

QUESTÃO 11 – Assinale a alternativa que apresenta corretamente um aspecto que explica a maior distribuição urbana na região norte do Rio Grande do Sul comparada com a porção sul do estado, que tem sua população urbana concentrada em cidades de porte médio.

- A) Devido à colonização europeia ter iniciado na porção norte do estado.
- B) Pois no sul preponderaram as grandes propriedades rurais, enquanto no norte as pequenas propriedades rurais tiveram maior alcance.
- C) Devido ao processo de industrialização ter iniciado na porção sul do estado e, posteriormente, na parte norte.
- D) O início da colonização europeia do território ter iniciado no norte, por meio dos povoamentos jesuíticos.
- E) A produção cafeeira em grandes propriedades rurais no sul do estado e a pujante industrialização do norte no século XIX.

QUESTÃO 12 – Assinale a alternativa que apresenta corretamente o nome do escritor sul-riograndense que abordou, em suas obras, aspectos regionalistas, principalmente relacionados à figura do “gaúcho” do fim do século XIX e início do XX.

- A) João Simões Lopes Neto.
- B) Dalton Trevisan.
- C) Bernardo Guimarães.
- D) João Franklin Távora.
- E) José Lins do Rego.

QUESTÃO 13 – A divisão municipal do Estado do Rio Grande do Sul está relacionada à ocupação territorial. A primeira divisão municipal ocorreu em 1809, durante o período da Província de São Pedro, que corresponde ao atual Estado do Rio Grande do Sul, resultando na criação dos seguintes municípios:

- A) Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha.
- B) Caxias do Sul, Passo Fundo, Santana do Livramento e Guaíba.
- C) Porto Alegre, Pelotas, Palmeira das Missões e Viamão.
- D) Porto Alegre, Santa Maria, Santo Lourenço do Sul e Viamão.
- E) Rio Pardo, Santa Maria, Farroupilha e Osório.

QUESTÃO 14 – Assinale a alternativa correta referente à denominada “Campanha da Legalidade”, ocorrida no Rio Grande do Sul.

- A) Foi um movimento iniciado no ano de 1964 que teve as lideranças de João Goulart e Leonel Brizola para restaurar a democracia após o golpe que instituiu o regime ditatorial.
- B) Refere-se à mobilização liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, para que fosse cumprida a Constituição e João Goulart assumisse a presidência em 1961.
- C) Movimento que ocorreu entre os anos de 1929 e 1930 e que tinha como principal objetivo alavancar a tomada de poder de Vargas no âmbito nacional.
- D) Foi a denominação das campanhas das Diretas Já de 1984 no âmbito estadual do Rio Grande do Sul, que tinham como objetivo a retomada de eleições diretas para Presidência da República.
- E) Tal campanha ocorreu entre os anos de 1925 e 1928 e visava derrubar Borges de Medeiros do poder no Rio Grande do Sul. Tinha como principal líder Getúlio Vargas.

QUESTÃO 15 – A produção de charque foi relevante para a economia sul-riograndense em determinado período. Sobre o auge da produção de charque, assinale a alternativa correta.

- A) A produção do charque compreende hoje o principal produto agropecuário e de maior valor econômico para o Rio Grande do Sul, sendo que a região central do estado é a que possui maior volume de produção.
- B) O auge do charque ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980, e as regiões das cidades de Santa Rosa e Frederico Westphalen foram as que mais se beneficiaram desse ciclo econômico.
- C) A produção de charque teve seu auge no século XVIII na metade norte do estado, porém declinou no século XIX.
- D) O charque teve o seu auge durante as décadas de 1930 e 1960, e cidades como Passo Fundo e Erechim cresceram demográfica e economicamente.
- E) O auge da produção do charque ocorreu no século XIX e teve sua decadência no início do século XX e beneficiou de forma direta cidades do sul do Rio Grande do Sul, como Pelotas, Rio Grande e Bagé.

NOÇÕES DO REGIMENTO INTERNO DO ALERGS

QUESTÃO 16 – Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a legislatura e a sessão preparatória, analise as seguintes assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. No primeiro ano da legislatura, os Deputados reunir-se-ão em sessão preparatória às 14 horas do dia 30 de janeiro.
 - II. A direção dos trabalhos caberá em ordem sucessiva: (a) ao Presidente da Assembleia do período anterior, se reeleito Deputado; (b) ao Deputado que tenha exercido mais recentemente a função de Vice-Presidente ou Secretário da Mesa; (c) ao Deputado mais jovem dentre os reeleitos.
 - III. O Deputado que tomar posse em ocasião posterior e o suplente que assumir pela primeira vez prestarão previamente o compromisso em sessão da Assembleia, ou, se esta não estiver reunida, perante seu Presidente.
 - IV. No segundo ano da legislatura, os Deputados reunir-se-ão na primeira quinzena do mês de janeiro, em sessão preparatória, convocada antes do encerramento da sessão legislativa anterior, para verificação do "quórum" necessário à eleição da Mesa.
 - V. Aberta a sessão, os Deputados apresentarão à Mesa o diploma expedido pela Justiça Eleitoral e comunicarão seu nome parlamentar e legenda partidária.
- A) Todas as assertivas estão corretas.
B) Todas as assertivas estão incorretas.
C) Apenas a assertiva I está correta.
D) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
E) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.

QUESTÃO 17 – Considerando a Resolução nº 2.288/1991 (atualizada até a Resolução nº 3.242/2023), do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa correta.

- A) A Assembleia reunir-se-á em sessão legislativa: ordinária, de 1º de fevereiro a 16 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro; extraordinária, quando convocada na forma do Art. 253.
- B) Durante o período da sessão legislativa ordinária, a Assembleia funcionará nas terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras, pela manhã, das 9h às 11h, considerando os dias úteis.
- C) As reuniões das Comissões Técnicas Permanentes realizar-se-ão somente nas segundas-feiras.
- D) As reuniões ordinárias e extraordinárias das Comissões Permanentes realizar-se-ão no Palácio Farroupilha, inclusive nas hipóteses de interiorização da Assembleia Legislativa.
- E) A sessão legislativa ordinária poderá ser prorrogada pelo prazo máximo de uma sessão, a requerimento de dois terços dos Deputados e por deliberação da maioria absoluta.

QUESTÃO 18 – De acordo com o Art. 179 da Resolução nº 2.288/1991 (atualizada até a Resolução nº 3.242/2023), a função legislativa é exercida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul por meio de, EXCETO:

- A) Proposta de emenda à Constituição.
- B) Projeto de Lei Complementar.
- C) Projeto de Lei Ordinária.
- D) Projeto de Decreto Legislativo destinado a regular matéria de competência exclusiva da Assembleia Legislativa.
- E) Projeto de Decreto-Lei visando a regular matérias de caráter político ou administrativo e assuntos do desenvolvimento sustentável, agenda 2023, de que trata o Art. 156 de seu Regimento.

QUESTÃO 19 – Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Compete ao Líder da Bancada, além das atribuições regimentais, algumas prerrogativas, tais como: usar da palavra a qualquer momento da sessão em comunicação urgente, excetuando-se o período da Ordem do Dia, quando as comunicações versarão apenas sobre a matéria em debate e votação; indicar os Deputados de sua representação para integrar Comissões.
- () A Mesa, órgão diretivo dos trabalhos da Assembleia Legislativa, é constituída de sete membros; a Mesa contará ainda com quatro suplentes de Secretário, designados de 1º, 2º, 3º e 4º suplentes.
- () As Comissões Temporárias poderão ser: Comissões Especiais, Comissões Parlamentares de Inquérito e Comissões dos Servidores da Assembleia.
- () As sessões poderão ser suspensas ou encerradas, conforme o caso: para manter a ordem; para receber visitantes ilustres; por falecimento de Deputado ou ex-Deputado Estadual, de Chefe de Poder ou Secretário do Estado, de Deputado Federal ou Senador da Bancada do Rio Grande do Sul; por motivo relevante, a critério de seu Presidente.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – F – F.
- B) V – V – F – V.
- C) F – F – V – F.
- D) F – V – F – F.
- E) V – V – V – V.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

QUESTÃO 20 – Em 11 de dezembro de 2023, foi lançado pelo Governo Federal o Plano Nacional Ruas Visíveis, o qual estabelece políticas públicas para as pessoas em situação de rua. Trata-se de medida decorrente da determinação, pelo Supremo Tribunal Federal, em medida cautelar na ADPF 976, que torna obrigatória a observância, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, imediata e independentemente de adesão formal, das diretrizes contidas no Decreto Federal nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Inserida no mesmo contexto, a Lei nº 14.489/2022, denominada Lei Padre Júlio Lancellotti, alterou a Lei nº 10.257/2001. Sobre a citada *novatio legis*, é correto afirmar que:

- A) Dispõe sobre a instalação de cerca eletrificada ou energizada em zonas urbana e rural.
- B) Propõe o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público para impulsionar as pessoas em situação de rua a se deslocarem para abrigos.
- C) Trata-se de uma diretriz da política urbana direcionada unicamente às pessoas em situação de rua, dada a sua singularidade.
- D) Dá azo a uma política pública antiaporofóbica.
- E) Tem forte viés religioso, sendo uma proposição que infringe a laicidade do Estado.

QUESTÃO 21 – Conforme Ramos (2021), “Em geral, todo direito exprime a faculdade de exigir de terceiro, que pode ser o Estado ou mesmo um particular, determinada obrigação. Por isso, os direitos humanos têm estrutura variada, podendo ser: direito-pretensão, direito-liberdade, direito-poder e, finalmente, direito-imunidade, que acarretam obrigações do Estado ou de particulares revestidas, respectivamente, na forma de: (i) dever, (ii) ausência de direito, (iii) sujeição e (iv) incompetência, como segue”. Assim, tendo em vista o referido excerto em relação à classificação dos direitos humanos quanto à estrutura, é correto afirmar que o exercício de uma determinada religião é um:

- A) Direito-pretensão.
- B) Direito-liberdade.
- C) Direito-poder.
- D) Direito-imunidade.
- E) Direito-procedimento.

QUESTÃO 22 – Compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por, EXCETO:

- A) Entidades organizadas da sociedade civil.
- B) Partidos políticos com representação política no Congresso Nacional.
- C) Associações.
- D) Órgãos de classe.
- E) Sindicatos.

QUESTÃO 23 – O passado escravagista deixou marcas indelévels no Brasil, país que tem imensa dificuldade de tratar da questão racial. Ainda assim, a partir da luta das pessoas envolvidas, nesse contexto têm avançado o debate e a produção normativa que busca o reparo histórico e a proteção de pessoas historicamente discriminadas e com negação de direitos. Em 10 de janeiro de 2022, o Brasil assinou o Decreto nº 10.932, que promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013. Nos termos do Capítulo 1, Artigo 1: “4. Racismo consiste em qualquer teoria, doutrina, ideologia ou conjunto de ideias que enunciam um vínculo causal entre as características fenotípicas ou genotípicas de indivíduos ou grupos e seus traços intelectuais, culturais e de personalidade, inclusive o falso conceito de superioridade racial. O racismo ocasiona desigualdades raciais e a noção de que as relações discriminatórias entre grupos são moral e cientificamente justificadas. Toda teoria, doutrina, ideologia e conjunto de ideias racistas descritas neste Artigo são cientificamente falsas, moralmente censuráveis, socialmente injustas e contrárias aos princípios fundamentais do Direito Internacional e, portanto, perturbam gravemente a paz e a segurança internacional, sendo, dessa maneira, condenadas pelos Estados Partes”. No ano seguinte, promulgou-se no Brasil a Lei nº 14.532/2023, que alterou a lei de Crime Racial. Tomando por base tal contexto normativo, a respeito da discriminação e do racismo, é correto afirmar que:

- A) A Lei nº 14.532/2023 fixa os conceitos de discriminação racial direta, indireta e múltipla.
- B) Segundo a Convenção, a discriminação racial pode basear-se em ascendência ou origem nacional ou étnica.
- C) A Lei nº 14.532/2023, que alterou a lei de Crime Racial no Brasil, distingue claramente racismo e injúria racial, sendo o primeiro um crime contra a honra e, o segundo, um crime contra a humanidade.
- D) A reiterada utilização de pilherias com o escopo de agredir determinadas pessoas, em razão de raça ou cor, configura, conforme a legislação, o racismo reverso.
- E) No Brasil, não há a previsão de que piadas envolvendo questão racial sejam reputadas como ilícito.

CIÊNCIA POLÍTICA

QUESTÃO 24 – Sobre o processo democrático, a partir de 1985, e a Constituição Federal de 1988, analise as assertivas abaixo:

- I. A proposta de uma nova Constituição para o Brasil, que ganhou força crescente ao longo das décadas de 1970 e 1980, esteve atrelada ao reconhecimento da necessidade de construção de uma nova cidadania, pois durante 21 anos o Governo Ditatorial se impôs com forte centralização, levando a termo ações repressivas, promovendo a suspensão de direitos políticos e restringindo o exercício da cidadania.
- II. A Constituição de 1988 colocou a educação como dever do Estado, inclusive para quem não teve acesso ao ensino na idade certa. Foi ampliada a educação rural e enfatizados os esforços para incluir as crianças com deficiência e a população indígena.
- III. A Constituição de 1988 reconheceu a importância da biodiversidade ao dedicar um capítulo ao meio ambiente. Passou a exigir avaliação de impacto ambiental para obras e abriu caminho para legislações posteriores, como a Lei das Águas e a Lei dos Crimes Ambientais.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 25 – Sobre o tema Federalismo (Estado unitário e Estado federativo, as relações entre esferas de governo e o regime federativo), assinale a alternativa correta.

- A) A união de coletividades públicas que possuem autonomia político-constitucional caracteriza um Estado e/ou Regime Unitário, em que há apenas descentralização administrativa.
- B) A centralização de poder entre as unidades autônomas é uma característica do Estado Federal, o que caracteriza o Estado brasileiro, soberano e governado como uma entidade única na qual o governo central é a autoridade suprema de um país.
- C) O Estado Federal é um Estado centralizado em que se confere autonomia às unidades federadas.
- D) A Federação favorece a descentralização, pois a intenção descentralizante é fortalecer o poder unitário, a partir, apenas, da descentralização administrativa, para estimular a participação democrática da população no processo decisório político.
- E) Quanto à autonomia das unidades federadas, pode-se dividi-la em três níveis: política, administrativa e financeira.

QUESTÃO 26 – Sobre os conceitos básicos da Ciência Política (consenso, conflito, política, poder, autoridade, dominação, legitimidade, soberania, ideologia e hegemonia), pode-se afirmar corretamente que:

- A) Na linguagem comum, política se confunde com domínio e, muitas vezes, os dois termos são usados como sinônimos.
- B) Pode-se dizer que autoridade é o poder legitimado, principalmente, na comunhão de ideias, enquanto a política é o poder obtido, principalmente, através do medo de sanções impostas pelos mais poderosos.
- C) Em termos gerais, a palavra voto é usualmente compreendida como a capacidade ou a oportunidade de impor a sua vontade sobre algo ou outrem, ao mesmo tempo que, em resumo, o poder legal refere-se à crença na legitimidade dos ordenamentos jurídicos que respaldam aquele que está na função de comando.
- D) A ideologia pode ser entendida como um conjunto de ideias que expressam uma visão distorcida da realidade, nos termos de conceito crítico, implica ilusão, ou se refere à consciência deformada do real, que se dá através da ideologia dominante.
- E) Hegemonia pode ser definida como um mecanismo que visa assegurar a participação do povo no poder, sem exercê-lo diretamente. Em outras palavras, embora seja a fonte legítima do poder, o povo a exerce de forma indireta, por meio de representantes eleitos por meio de seleção.

QUESTÃO 27 – Acerca da organização dos partidos políticos e dos processos eleitorais, analise as assertivas a seguir:

- I. Todo poder emana do povo e será exercido, em seu nome, por mandatários escolhidos, direta e secretamente, entre candidatos indicados por partidos políticos nacionais, e não há possibilidade de eleição indireta, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.
- II. O voto é obrigatório para os brasileiros, salvo, quanto ao voto, os enfermos, os que se encontrem fora do seu domicílio e os funcionários civis e os militares em serviço que os impossibilite de votar.
- III. Qualquer eleitor ou partido político poderá se dirigir ao Corregedor Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, e pedir abertura de investigação para apurar uso indevido do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, em benefício de candidato ou de partido político.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 28 – O artigo 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, ao exigir licitação para os contratos ali mencionados, ressalva “os casos especificados na legislação”, isto é, deixa em aberto a possibilidade de serem fixadas, por lei, hipóteses em que a licitação deixa de ser obrigatória. À vista disso, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a qual dispõe sobre as Licitações e Contratos Administrativos, assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de dispensabilidade de licitação.

- A) Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de serviços de manutenção de veículos automotores.
- B) Para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, ainda que não seja consagrado pela opinião pública.
- C) Para contratação que envolva valores superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de compras.
- D) Para obras e serviços de engenharia de qualquer valor, desde que sejam de interesse do Poder Público.
- E) Para aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por representantes comerciais exclusivos, mesmo que haja viabilidade de competição.

QUESTÃO 29 – Os princípios da Administração Pública são os fundamentos que norteiam a atuação do Estado e de seus agentes na gestão dos interesses da sociedade. Eles representam diretrizes essenciais que devem ser observadas em todas as atividades administrativas, servindo como base para a construção de um Estado democrático, eficiente e justo. Desse modo, conforme o Art. 5º, §1º, da Constituição Brasileira:

- §1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

O artigo apresentado faz referência, de maneira preponderante, ao princípio da:

- A) Publicidade.
- B) Eficiência.
- C) Legalidade.
- D) Impessoalidade.
- E) Moralidade.

QUESTÃO 30 – Em relação à sociedade de economia mista, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Compete à Justiça Federal processar e julgar as sociedades de economia mista.
- () Deverão revestir-se sob a forma de sociedade anônima.
- () Seu capital é formado por bens e valores oriundos de pessoas administrativas e de particulares, com controle acionário do Estado, que prestam serviços públicos ou executam atividades econômicas.
- () É pessoa jurídica, de direito público interno, criada por lei específica, a fim de prestar atividades típicas de Estado.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – V – F – V.
- B) F – F – V – F.
- C) V – F – F – V.
- D) F – V – V – F.
- E) V – F – V – V.

QUESTÃO 31 – O controle legislativo ou parlamentar é aquele exercido pelo Poder Legislativo sobre os atos do Poder Executivo, a partir de critérios políticos ou financeiros e nos limites fixados pelo texto constitucional. Os casos de controle parlamentar sobre o Poder Executivo devem constar expressamente da Constituição Federal, pois consagram verdadeiras exceções ao princípio constitucional da separação de poderes, não se admitindo, destarte, a sua ampliação por meio da legislação infraconstitucional. Nesse sentido, acerca do controle legislativo, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) são instituídas nas Casas Legislativas para apuração de fatos determinados e por prazo certo, com poderes de julgar e punir os investigados.
- B) O Senado Federal possui a prerrogativa de processar e julgar os crimes de responsabilidade cometidos pelo Presidente da República, Vice-Presidente e outras autoridades.
- C) O Congresso Nacional tem competência exclusiva para julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- D) As Casas Legislativas e suas comissões podem convocar Ministros de Estado e outras autoridades administrativas para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de crime de responsabilidade.
- E) É da competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.

QUESTÃO 32 – Visando atender a demandas de utilidade pública, em 2020, o município Alfa realizou um processo de desapropriação de um imóvel pertencente a João. Tal medida foi conduzida em conformidade com a lei, sendo assegurado que João fosse devidamente indenizado pelo valor justo de seu patrimônio. No ano seguinte, Dona Lourdes, professora aposentada, esqueceu uma vela acesa e acabou provocando um incêndio doméstico, perdendo sua casa em decorrência dos danos causados. Buscando soluções para atenuar os impactos da catástrofe, a Prefeitura tomou a decisão de doar o imóvel anteriormente desapropriado de João para Dona Lourdes. Considerando o que foi narrado, pode-se afirmar corretamente que:

- A) O Poder Público pode, a qualquer momento, destinar o bem desapropriado a um particular.
- B) João pode exigir do Poder Público nova indenização, a qual deverá ser superior a três vezes o valor do bem.
- C) João tem direito de exigir de volta seu imóvel, tendo em vista que houve destino diverso para o qual havia sido desapropriado.
- D) Como se tratou de uma doação em virtude de um incêndio, João perde o direito de ser indenizado.
- E) A indenização é facultativa, ficando a critério do Poder Público realizá-la ou não.

QUESTÃO 33 – De acordo com a Lei Estadual nº 10.098/1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul), analise as assertivas a seguir e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Ao servidor detentor de cargo de provimento efetivo, estável, poderá ser concedida licença para tratar de interesses particulares, pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos, com remuneração.
- () Ao servidor é proibido celebrar contrato de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso, com o Estado, por si ou como representante de outrem.
- () Em caso de natimorto, nascimento com vida seguido de óbito (nativo) ou de óbito da criança durante o período de licença-gestante, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de afastamento, a partir do término da licença-nojo.
- () Será considerado como de efetivo exercício o afastamento em virtude de moléstia, devidamente comprovada por atestado médico, até 3 (três) dias por mês, mediante pronta comunicação à chefia imediata.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – V – F – F.
- B) F – V – V – V.
- C) V – F – F – F.
- D) F – F – V – F.
- E) V – V – F – V.

QUESTÃO 34 – Em um determinado município, uma família teve sua casa inundada devido a uma forte chuva, resultando em danos materiais significativos. Após análise, verificou-se que a inundação foi causada pela obstrução de um canal de escoamento pluvial mantido pela prefeitura, o qual não recebia manutenção há meses. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta em relação à responsabilidade civil do município.

- A) É responsabilidade do Município reparar os danos sofridos pela família.
- B) O Município deve indenizar a família com o dobro do valor do dano.
- C) O Município não será responsabilizado, tendo em vista que se trata de uma situação de força maior.
- D) O Município não será responsabilizado, pois o Brasil adota a Teoria da Irresponsabilidade do Estado.
- E) O Município não será responsabilizado, pois apenas os Estados e a União possuem dever de reparar.

QUESTÃO 35 – “São aqueles que oferecem a maior garantia de permanência a seus ocupantes. Somente através de processo judicial, como regra, podem os titulares perder seus cargos. Desse modo, torna-se inviável a extinção do vínculo por exclusivo processo administrativo (salvo no período inicial de dois anos até a aquisição da prerrogativa). Configura-se como verdadeira prerrogativa para os titulares dos cargos dessa natureza e se justifica pela circunstância de que é necessária para tornar independente a atuação desses agentes, sem que sejam sujeitos a pressões eventuais impostas por determinados grupos de pessoas”. O trecho apresentado refere-se a qual cargo?

- A) De confiança.
- B) Vitalício.
- C) Em comissão.
- D) Efetivo.
- E) De direção.

QUESTÃO 36 – Segundo a Lei nº 8.429/1992, a qual dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Somente o chefe do Poder Executivo poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- B) A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- C) Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- D) Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
- E) As disposições da Lei nº 8.429/1992 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

QUESTÃO 37 – O ato administrativo é a manifestação unilateral de vontade da Administração Pública e de seus delegatários, no exercício da função delegada, que, sob o regime de direito público, pretende produzir efeitos jurídicos com o objetivo de implementar o interesse público. Todavia, por razões de ilegalidade ou de mérito administrativo, tais atos podem ser extintos. Acerca da anulação, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Produz efeitos retroativos à data em que foi emitido.
- B) A anulação, em regra, gera o dever de indenizar por parte da Administração Pública, ainda que o administrado tenha contribuído para a prática da ilegalidade.
- C) Pressupõe a obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório.
- D) Pode também ser feita pelo Poder Judiciário, mediante provocação dos interessados, por meio de ações ordinárias e especiais, ou remédios constitucionais de controle judicial.
- E) É caracterizada pela invalidação do ato administrativo editado em desconformidade com a ordem jurídica.

QUESTÃO 38 – “São aquelas que não seriam comuns ou que seriam ilícitas em contrato celebrado entre particulares, por conferirem prerrogativas a uma das partes (a Administração) em relação à outra; elas colocam a Administração em posição de supremacia sobre o contratado”. O trecho refere-se às cláusulas:

- A) Necessárias.
- B) Formais.
- C) Exorbitantes.
- D) Opcionais.
- E) Extravagantes.

QUESTÃO 39 – Os poderes administrativos são prerrogativas instrumentais conferidas aos agentes públicos para que, no desempenho de suas atividades, alcancem o interesse público. Sobre o poder de polícia, analise as assertivas a seguir:

- I. É exercido exclusivamente por meio de atos normativos (originários ou regulamentares), como leis, decretos ou portarias.
- II. A coercibilidade, característica do poder de polícia, é a prerrogativa conferida à Administração para implementar os seus atos, sem a necessidade de manifestação prévia do Poder Judiciário.
- III. É a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.
- IV. Tem como objetivo e finalidade agir somente de forma repressiva e punitiva, não possuindo caráter preventivo.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas IV.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II, III e IV.

QUESTÃO 40 – A prestação de serviços públicos é de responsabilidade do Poder Público, na forma da lei, podendo ser realizada diretamente ou por meio de concessão ou permissão. Acerca do tema, é correto afirmar que:

- A) A permissão é uma delegação a título precário, beneficiando pessoa física ou jurídica que demonstre a capacidade para seu desempenho, assumindo o risco da atividade exercida, sem necessidade de realização de licitação.
- B) O poder concedente poderá intervir na concessão com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, não havendo necessidade de criação de decreto.
- C) O contrato de concessão pode extinguir-se exclusivamente por meio da encampação, pondo fim, em consequência, aos seus efeitos no que toca à prestação do serviço pelo concessionário.
- D) A concessão é feita pelo poder concedente mediante licitação, exclusivamente na modalidade diálogo competitivo, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho.
- E) Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenuie essa responsabilidade.

QUESTÃO 41 – “É a intervenção autoexecutória na qual o Estado utiliza-se de bens imóveis, móveis e de serviços particulares no caso de iminente perigo público. Enquanto perdurar o perigo iminente, tal intervenção permanecerá válida, sendo extinta, portanto, quando desaparecer a situação de perigo”. As características expressas estão relacionadas à(ao):

- A) Servidão.
- B) Requisição.
- C) Desapropriação.
- D) Ocupação temporária.
- E) Tombamento.

QUESTÃO 42 – “É o retorno do servidor aposentado ao cargo quando ocorrer uma das seguintes hipóteses: (i) declaração por junta médica oficial da insubsistência dos motivos determinantes para aposentadoria por invalidez; e (ii) declaração de ilegalidade do ato de concessão da aposentadoria”. O trecho refere-se ao(à):

- A) Readaptação.
- B) Aproveitamento.
- C) Reintegração.
- D) Recondição.
- E) Reversão.

QUESTÃO 43 – A Lei Estadual nº 15.612/2021 dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com essa Lei, assinale a alternativa correta.

- A) Os processos administrativos estaduais devem iniciar-se exclusivamente a pedido de um interessado.
- B) Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.
- C) Os prazos serão contados em dias corridos.
- D) O requerimento inicial do interessado somente será formulado por meio de solicitação oral.
- E) Os processos administrativos devem tramitar, em regra, fisicamente.

QUESTÃO 44 – Acerca do cargo em comissão, é INCORRETO afirmar que:

- A) O cargo em comissão é de livre nomeação e livre exoneração, mas tendo sido a exoneração motivada, a inexistência ou falsidade da causa que deu ensejo ao ato o torna nulo.
- B) A criação do cargo em comissão se destina apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- C) Os cargos em comissão podem ser ocupados por qualquer pessoa, servidor público ou não, cabendo à legislação ordinária estabelecer os casos, condições e percentuais mínimos de cargos.
- D) É facultado aos servidores públicos ocupantes exclusivamente de cargo em comissão a opção entre aderir ao Regime Geral de Previdência Social ou ao Regime Próprio de Previdência Social.
- E) A criação de cargos em comissão deve estar fundamentada na confiança mútua entre a autoridade nomeante e o servidor designado, sendo esta relação discernível na descrição das atribuições dos cargos.

QUESTÃO 45 – “A expressão domínio público não tem um sentido preciso e indubitável, como se extrai da lição dos autores que escreveram sobre o tema. Ao contrário, ela é empregada em sentidos variados, ora sendo dado o enfoque voltado para o Estado, ora sendo considerada a própria coletividade como usuária de alguns bens” (de Carvalho Filho, 2023). Acerca dos bens públicos, pode-se afirmar corretamente que:

- A) O uso comum dos bens públicos deve ser obrigatoriamente gratuito.
- B) Os bens públicos não estão sujeitos à usucapião, com exceção dos bens dominicais.
- C) Os bens dominicais podem ser alienados na forma da lei.
- D) Os bens de uso comum são aqueles destinados a serviço ou estabelecimento da administração.
- E) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito privado interno.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 46 – O Federalismo é a forma de Estado adotada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88). Com base na repartição de competências, é uma competência exclusiva da União:

- A) Legislar sobre Direito Civil, Comercial, Penal, Processual, Eleitoral e Agrário.
- B) Instituir diretrizes para o saneamento básico.
- C) Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas.
- D) Explorar diretamente os serviços locais de gás canalizado.
- E) Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

QUESTÃO 47 – Em relação à Teoria da Constituição e à classificação da CRFB/88, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () A CRFB/88 revogou, integralmente, todo o ordenamento jurídico anterior em face da sua incompatibilidade com o regime ditatorial. Dessa forma, nenhuma norma infraconstitucional foi recepcionada.
- () A CRFB/88 possui, aproximadamente, 130 emendas constitucionais. Essas emendas seguiram o procedimento solene estipulado pelo artigo 60 da CRFB/88. Por isso, quanto à classificação da CRFB/88, pode-se afirmar que é flexível.
- () A CRFB/88, quanto à sua finalidade, é classificada como dirigente, uma vez que determina uma atuação positiva por parte do Estado na concretização das políticas públicas.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – V.
- B) V – V – V.
- C) F – V – F.
- D) V – F – F.
- E) F – V – V.

QUESTÃO 48 – O Governador do Estado Y planeja propor uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) ao Congresso Nacional visando modificar um dispositivo elencado no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Diante desse cenário, é correto afirmar que o Governador do Estado Y:

- A) Pode propor a PEC, pois é legitimado ativo. Entretanto, dispositivos elencados no ADCT não podem ser objeto de emenda constitucional.
- B) Não pode propor a PEC, pois não é legitimado ativo. Além disso, dispositivos elencados no ADCT não podem ser objeto de emenda constitucional.
- C) Não pode propor a PEC, pois não é legitimado ativo. Entretanto, dispositivos elencados no ADCT podem ser objeto de emenda constitucional.
- D) Não pode propor a PEC, pois não é legitimado ativo. Entretanto, o Prefeito pode, por ser legitimado ativo. Além disso, dispositivos elencados no ADCT podem ser objeto de emenda constitucional.
- E) Pode propor a PEC, pois é legitimado ativo. Além disso, dispositivos elencados no ADCT, ainda que tratem das garantias individuais, podem ser objeto de emenda constitucional.

QUESTÃO 49 – Uma servidora pública administrativa adota uma postura na qual não promove nem utiliza a sua imagem pessoal como meio de autopromoção. Nesse contexto, a servidora cumpre adequadamente e de maneira preponderante com o princípio administrativo constitucional da:

- A) Legalidade.
- B) Impessoalidade.
- C) Eficiência.
- D) Publicidade.
- E) Moralidade.

QUESTÃO 50 – Um servidor público do Estado X requereu, administrativamente, certidão de tempo de contribuição para fins previdenciários ao Secretário de Saúde do referido Estado. O prazo legal para a entrega da certidão, de acordo com a Constituição Estadual, é de até 30 dias. Entretanto, após 80 dias, o servidor não obteve ainda o documento solicitado, o que demonstra que a Administração Estadual demorou excessivamente para emitir a certidão, a qual contém informações relevantes para o particular exercer os seus direitos. Nesse sentido, qual remédio constitucional pode ser impetrado para requerer o acesso ao documento?

- A) Mandado de segurança.
- B) *Habeas data*.
- C) Ação Popular.
- D) *Habeas corpus*.
- E) Mandado de injunção.

QUESTÃO 51 – A imunidade tributária é “a impossibilidade de tributação – ou intributabilidade – de pessoas, bens e situações, resultante da vontade constitucional”. Diante do exposto, pode-se afirmar corretamente que compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- A) Exigir ou aumentar impostos sem lei que o estabeleça.
- B) Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- C) Utilizar tributo com efeito de confisco.
- D) Instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros com relação à exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.
- E) Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

QUESTÃO 52 – O Título VII da CRFB/88 trata da ordem econômica e financeira. Nesse sentido, analise as assertivas abaixo:

- I. As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- II. Todo exercício de atividade econômica há de respeitar limites dentro de sua atuação, como a defesa do meio ambiente.
- III. A exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- IV. A ordem econômica observa o princípio da soberania nacional, a propriedade privada, a função social da propriedade, a defesa do meio ambiente e o tratamento diferenciado para empresas de pequeno porte, que podem ter sede e administração no exterior.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 53 – O sistema dos freios e contrapesos (*checks and balances*) diz respeito ao sistema em que os Poderes do Estado mutuamente se controlam. Desse modo, qual das atividades demonstradas a seguir NÃO representa um exemplo do sistema de freios e contrapesos?

- A) Veto jurídico.
- B) Papel desempenhado pelas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).
- C) Cassação parlamentar feita pela casa legislativa à qual se está vinculado.
- D) Controle judicial das medidas provisórias.
- E) Apresentação de projetos de lei pelo Poder Executivo.

QUESTÃO 54 – Quanto à natureza jurídica, os direitos sociais são qualificados como direitos fundamentais do indivíduo, garantidos pelo Art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, da seguinte forma:

“Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle”.

A respeito dos direitos sociais, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Classicamente, os direitos sociais estão incluídos na segunda dimensão de direitos fundamentais, que traz proteção aos direitos sociais, econômicos e culturais.
- B) Os direitos sociais têm caráter de prestação positiva por parte do Estado, em que se exige a atuação ativa do Estado na busca da efetividade desses direitos.
- C) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.
- D) O Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurando a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.
- E) O direito ao meio ambiente e à educação, cultura e desporto não são classificados como direitos sociais.

QUESTÃO 55 – O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente. A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado. O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. De acordo com a Constituição Brasileira, no exercício da chefia do Poder Executivo, são competências privativas do Presidente da República, EXCETO:

- A) Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
- B) Celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- C) Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e convocar ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições.
- D) Nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o Presidente e os Diretores do Banco Central.
- E) Declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizada pelo Congresso Nacional ou referendada por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional.

QUESTÃO 56 – A intervenção é procedimento político-administrativo que pretende, de forma excepcional e temporária, restringir a autonomia do ente federativo em prol do equilíbrio da federação. De acordo com a CRFB/88, quanto à intervenção, pode-se afirmar corretamente que:

- A) O território poderá sofrer intervenção da União, do Estado e do Distrito Federal.
- B) O Distrito Federal poderá intervir nos Estados.
- C) A União pode intervir diretamente nos Estados e nos Municípios.
- D) Os Municípios não podem intervir em outros entes federativos.
- E) O território poderá intervir em seus municípios.

QUESTÃO 57 – Relativamente ao controle concentrado de constitucionalidade competente ao Supremo Tribunal Federal (STF), relacione a Coluna 1 à Coluna 2.

Coluna 1

1. Ação Direta de Inconstitucionalidade.
2. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.
3. Ação Declaratória de Constitucionalidade.
4. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
5. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva.

Coluna 2

- () Visa evitar ou reparar lesão a preceito fundamental da Constituição em virtude de ato do Poder Público ou de controvérsia constitucional em relação à lei ou a ato normativo federal, estadual ou municipal.
- () Visa declarar a constitucionalidade de leis ou atos normativos federais que estejam em consonância com a Constituição.
- () Visa declarar a inconstitucionalidade de uma conduta de Estado-membro ou DF que descumprir princípio sensível da Constituição da República de 1988.
- () Visa declarar a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos federais ou estaduais que contrariem a Constituição da República de 1988.
- () Visa declarar a inconstitucionalidade de uma omissão dos Poderes Públicos em não tornar efetiva a norma constitucional.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 1 - 2 - 3 - 4 - 5.
- B) 2 - 3 - 4 - 5 - 1.
- C) 3 - 4 - 5 - 1 - 2.
- D) 4 - 3 - 5 - 1 - 2.
- E) 5 - 1 - 2 - 3 - 4.

QUESTÃO 58 – O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Tendo como base o Ministério Público, conforme a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os membros do Ministério Público podem exercer uma função de magistério e participar de sociedade comercial, mas não podem exercer atividade político-partidária.
- B) O Procurador-Geral de Justiça comparecerá, anualmente, à Assembleia Legislativa para relatar, em sessão pública, as atividades e necessidades do Ministério Público.
- C) Cabe ao Ministério Público exercer a fiscalização dos estabelecimentos que abrigam idosos, inválidos, menores, incapazes e pessoas portadoras de deficiências, supervisionando-lhes a assistência.
- D) Os membros do Ministério Público possuem as garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos, observando os requisitos legais.
- E) O Ministério Público pode exercer o controle externo da atividade policial.

QUESTÃO 59 – A Lei Federal nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), destina-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação. Além dos princípios da administração pública, devem-se observar diretrizes específicas. Assinale a alternativa que NÃO indica uma dessas diretrizes.

- A) Desenvolvimento do controle social da administração pública.
- B) Fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
- C) Divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.
- D) Utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.
- E) Autodeterminação informativa.

QUESTÃO 60 – Os direitos políticos são direitos fundamentais segundo a CRFB/88. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) Os inalistáveis, os analfabetos e os naturalizados não podem concorrer a nenhum pleito eleitoral no Brasil.
- B) A desincompatibilização é a necessidade de renúncia do cargo do Executivo para quem pretende se candidatar a outro cargo eletivo, pelo menos 6 (seis) meses antes do pleito eleitoral.
- C) O militar alistável é elegível, e, se contar menos de dez anos de serviço, não precisará afastar-se da atividade.
- D) Os parentes consanguíneos ou afins do Prefeito, até o terceiro grau ou por adoção, são elegíveis.
- E) A nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, a filiação partidária e a idade mínima de 21 anos são condições de elegibilidade para Vereador.

QUESTÃO 61 – De acordo com a política urbana na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e com a CRFB/88, assinale a alternativa correta.

- A) Os planos diretores, de obrigatoriedade para cidades com população com mais de vinte e cinco mil habitantes e para todos os municípios integrantes da região metropolitana, exceto aglomerações urbanas, devem contemplar os interesses locais, sendo opcional compatibilizar com as diretrizes do planejamento do desenvolvimento regional.
- B) A lei municipal instituirá os critérios e requisitos mínimos para definição e delimitação de áreas urbanas e de expansão urbana, bem como as diretrizes e normas gerais de parcelamento do solo para fins urbanos.
- C) Todo parcelamento do solo para fins urbanos deverá estar inserido em área urbana ou de expansão urbana definida em lei estadual.
- D) A inclusão social, incluindo a disponibilização do acesso gratuito e livre à internet, deve ser promovida pelos municípios por órgão específico, criado por lei municipal.
- E) Os municípios definirão o planejamento e ordenação das atividades e funções de uso local, inclusive devem distribuir os benefícios e encargos do processo de desenvolvimento das cidades, inibindo a especulação imobiliária, os vazios urbanos e a excessiva concentração urbana.

QUESTÃO 62 – O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 membros, a saber: o Presidente do Supremo Tribunal Federal; um Ministro do Superior Tribunal de Justiça; um Ministro do Superior Tribunal do Trabalho; um Desembargador de Tribunal de Justiça; um juiz estadual; um juiz de Tribunal Regional Federal; um juiz federal; um juiz do Tribunal Regional do Trabalho; um juiz do trabalho; um membro do Ministério Público da União; um membro do Ministério Público estadual; dois advogados; dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada. A respeito do Conselho Nacional de Justiça, de acordo com a Constituição, assinale a alternativa correta.

- A) Seus membros têm mandato de 3 anos, vedada a recondução.
- B) Os dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada são indicados pela sociedade civil, mediante pleito direto.
- C) Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal do Trabalho serão indicados pela Câmara dos Deputados.
- D) Junto ao Conselho oficialarão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- E) O Conselho será presidido por um dos advogados indicados e nomeados pelo Presidente da República, e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 63 – A forma de alteração da Constituição que modifica o sentido sem alterar o texto constitucional denomina-se:

- A) Dupla revisão constitucional.
- B) Emenda constitucional.
- C) Revisão constitucional.
- D) Mutação constitucional.
- E) Repristinção constitucional.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 64 – Do ponto de vista do Direito Financeiro, a Lei Complementar nº 101/2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), apresenta um importante marco legal para a matéria. Considerando os dispositivos da LRF, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A destinação de recursos públicos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
- B) A despesa pública total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 60% da receita corrente líquida de cada Estado da Federação.
- C) As previsões de receita pública observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.
- D) Devem constar na lei de diretrizes orçamentárias todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão.
- E) A renúncia de receitas públicas compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

QUESTÃO 65 – Segundo o Código Tributário Nacional (CTN), Lei nº 5.172/1966, analise os seguintes artigos:

- Art. 96. A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
- Art. 115. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

A leitura conjugada de ambos os dispositivos leva à conclusão de que é possível a criação de obrigação tributária por meio de atos normativos secundários, como um decreto. Em relação ao tema, pode-se afirmar corretamente que:

- A) Como as multas no Direito Tributário são obrigações acessórias, a leitura conjugada dos artigos permite, pela via do decreto, a criação de obrigação tributária de dar dinheiro na hipótese de multas, mas não da instituição ou majoração de tributo, sendo tais artigos do CTN constitucionais.
- B) Já que o princípio da legalidade tributária veda aos entes políticos da Federação exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça, os artigos do CTN supracitados são constitucionais, pois sua leitura conjugada autoriza a criação de obrigações tributárias acessórias por meio de atos normativos secundários.
- C) Tendo em vista que o crédito tributário decorrente de multas é legalmente equiparado àquele originário dos tributos, a leitura conjugada dos artigos em estudo implica no reconhecimento de sua inconstitucionalidade por violação ao princípio constitucional da legalidade no Direito Tributário.
- D) Considerando que a norma constitucional do Art. 150, inciso I, exige a legalidade estrita em relação às obrigações tributárias principais, os artigos do CTN acima transcritos são constitucionais, pois autorizam a criação de obrigações tributárias acessórias pela via dos decretos.
- E) Uma vez que a inobservância da obrigação acessória implica em sua conversão em principal, relativamente à penalidade pecuniária, o princípio constitucional da legalidade no Direito Tributário implica no reconhecimento da inconstitucionalidade da expressão "os decretos e as normas complementares" do Art. 96 do CTN.

QUESTÃO 66 – O instituto da responsabilidade solidária apresenta particularidades ao ser aplicado no contexto de relações jurídicas regidas pelo Direito Tributário quando comparado à sua aplicação nas relações jurídicas de Direito Civil. Em relação ao tema, analise as seguintes assertivas:

- I. A solidariedade não se presume: ela resulta da lei ou da vontade das partes.
- II. São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.
- III. Salvo hipóteses previstas em lei, o pagamento feito por um devedor solidário a todos aproveita.
- IV. Isenções e remissões aproveitam a todos os devedores solidários, inclusive caso sejam outorgadas com fundamento em característica pessoal de um dos devedores solidários.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 67 – Acerca da atual redação das normas constitucionais que versam a respeito do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A extrafiscalidade desse tributo pode ser percebida com a finalidade de incentivar a propriedade de veículos automotores abastecidos por combustíveis não poluentes.
- B) O valor mínimo das alíquotas do IPVA será fixado por resolução do Senado Federal.
- C) A propriedade de embarcações por pessoa jurídica que detenha outorga para prestar serviços de transporte aquaviário se caracteriza como fato gerador desse tributo.
- D) Metade do produto arrecadado com a cobrança do IPVA é de repartição direta ao Município em cujo território o veículo automotor esteja licenciado.
- E) Não há incidência desse imposto na hipótese de propriedade de tratores e máquinas agrícolas.

DIREITO AMBIENTAL

QUESTÃO 68 – Observado o disposto no Art. 225 da Constituição Federal de 1988, são incumbências do Poder Público:

- I. Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- II. Regulamentar, mediante decreto, as práticas que utilizem animais e que sejam consideradas como manifestações culturais.
- III. Exigir, na forma da lei, para instalação de qualquer obra ou atividade com potencial poluidor, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- IV. Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.

Quais estão INCORRETAS?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I, II e III.
- E) Apenas II, III e IV.

QUESTÃO 69 – Sobre as Áreas de Preservação Permanente (APP) localizadas em áreas urbanas consolidadas, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O conceito de área urbana consolidada encontra-se expressamente previsto na legislação ambiental.
- B) Alguns tipos de APP, localizadas em área urbana consolidada, poderão ter suas faixas marginais alteradas, observados os requisitos previstos na legislação ambiental.
- C) A definição de faixas marginais para APP situadas em áreas urbanas consolidadas, distintas daquelas previstas na legislação federal, dependem da oitiva prévia do Conselho Nacional ou Estadual do Meio Ambiente.
- D) A lei municipal poderá definir faixas marginais distintas daquelas estabelecidas na legislação federal para as APP, observados requisitos específicos.
- E) Entre os critérios para definição de faixas marginais distintas daquelas estabelecidas na legislação federal para as APP, está a não ocupação de áreas com risco de desastres.

DIREITO ELEITORAL

QUESTÃO 70 – Sobre as consultas populares em eleições, previstas nos Direitos Políticos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Será garantido espaço na propaganda gratuita no rádio e na televisão para a divulgação de manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares.
- B) As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares ocorrerão durante as campanhas eleitorais.
- C) As consultas populares tratarão de questões locais.
- D) As consultas populares deverão ser encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 dias antes da data das eleições.
- E) É de competência das Câmaras Municipais aprovar a realização de consultas populares.

QUESTÃO 71 – Sobre as federações de partidos políticos, analise as assertivas abaixo:

- I. Dois ou mais partidos políticos poderão reunir-se em federação, a qual, após sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral, atuará como se fosse uma única agremiação partidária.
- II. Os partidos reunidos em federação deverão permanecer a ela filiados por, no mínimo, 2 anos.
- III. A federação terá abrangência nacional.
- IV. A federação deverá ter identidade e autonomia próprias, que se sobrepõem a dos partidos no período de sua vigência.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas I, II e III.
- E) Apenas II, III e IV.

QUESTÃO 72 – Sobre as coligações de partidos políticos nas eleições, assinale a alternativa correta.

- A) É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas.
- B) A denominação da coligação poderá fazer referência a nome ou número de candidato e conter pedido de voto para partido político.
- C) Os partidos integrantes da coligação têm responsabilidade solidária pelo pagamento de multas decorrentes de propaganda eleitoral de todos os candidatos por ela inscritos.
- D) A denominação da coligação não poderá ser a junção de todas as siglas dos partidos que a integram.
- E) O partido político coligado somente possui legitimidade para atuar de forma isolada no processo eleitoral quando questionar a validade da própria coligação.

QUESTÃO 73 – Acerca das normas de registro de candidatos, é correto afirmar que:

- A) Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais até 150% do número de lugares a preencher.
- B) No caso de coligação para as eleições proporcionais, independentemente do número de partidos que a integrem, poderão ser registrados candidatos até o dobro do número de lugares a preencher.
- C) Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as 19 horas do dia 5 de julho do ano em que se realizarem as eleições.
- D) Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 100% do número de lugares a preencher mais 1.
- E) A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade, em qualquer hipótese, é verificada tendo por referência a data da posse.

QUESTÃO 74 – Sobre as pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou candidatos, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) As entidades e empresas deverão registrar cada pesquisa na Justiça Eleitoral até cinco dias antes da divulgação.
- B) Nas informações prestadas, basta a indicação do nome de quem pagou pela realização do trabalho, não sendo obrigatória a apresentação de cópia de nota fiscal.
- C) O registro de informações deve indicar a metodologia e o período de realização da pesquisa.
- D) É vedada, no período de campanha eleitoral, a realização de enquetes relacionadas ao processo eleitoral.
- E) O valor e a origem dos recursos despendidos no trabalho de pesquisa é informação obrigatória no registro junto à Justiça Eleitoral.

QUESTÃO 75 – Tratando-se de propaganda eleitoral, pode-se afirmar corretamente que:

- A) A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 5 de julho do ano da eleição.
- B) No período pré-eleitoral, é permitida propaganda política paga no rádio e na televisão, observados os requisitos legais.
- C) Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura e a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos.
- D) É permitida a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão de prévias partidárias.
- E) A veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, adesivos, volantes e outros impressos dependerá de licença municipal, quando exigido em norma local.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO 76 – Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) tem caráter contributivo e de filiação obrigatória, além de se estruturar com a finalidade de preservação de seu equilíbrio financeiro e atuarial. Todas as alternativas a seguir ilustram hipóteses protegidas pelo RGPS, EXCETO:

- A) Cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada.
- B) Proteção à maternidade, especialmente à gestante.
- C) Proteção ao(à) trabalhador(a) em situação de desemprego involuntário.
- D) Salário-família e auxílio-reclusão para dependentes de segurado(a) de baixa renda.
- E) Pensão por morte do(a) segurado(a) ao cônjuge ou companheiro e dependentes, em valor proporcional ao salário de contribuição ou rendimento do(a) segurado(a).

QUESTÃO 77 – Analise as assertivas a seguir, que versam sobre as disposições constitucionais dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) de servidores públicos:

- I. A aposentadoria de servidor por incapacidade permanente para o trabalho depende da realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejam a concessão da aposentadoria, nos termos de lei complementar da União.
- II. Os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- III. A aposentadoria para ocupantes exclusivamente de cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração seguirá ou o RGPS ou o RPPS de servidores públicos, conforme o disposto na legislação de cada ente da federação.
- IV. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício para os RPPS de servidores públicos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e III.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas II e IV.
- E) Apenas II, III e IV.

QUESTÃO 78 – A Emenda Constitucional nº 103/2019 empreendeu alterações significativas no sistema de previdência social brasileiro. A respeito do tema, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma alteração realizada por essa emenda.

- A) Estabelece-se que, nos casos da adoção de critérios diferenciados para concessão de benefícios para pessoas com deficiência, deve-se efetuar avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e multidisciplinar.
- B) Observado o tempo mínimo de contribuição, em regra, a aposentadoria por idade do RGPS deve respeitar os mínimos de 65 anos de idade para homens e 60 anos de idade para mulheres.
- C) No caso da aposentadoria por idade pelo RGPS, possibilita-se a redução em 3 anos dos mínimos de idade no caso de professor(a) que comprove tempo de efetivo exercício das funções de magistério na Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio.
- D) Autorizou-se a instituição de sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender trabalhadores(as) de baixa renda que não se encontram em situação de informalidade.
- E) O tempo de serviço de servidores militares das forças armadas da União respeita a contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria, enquanto o tempo de serviço de servidores militares dos estados-membros conta-se de acordo com o disposto na lei do respectivo ente.

QUESTÃO 79 – No exercício de suas atividades enquanto unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do serviço público no Estado do Rio Grande do Sul (RPPS/RS), é vedado ao Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE Prev/RS), EXCETO:

- A) Conceder empréstimos de qualquer natureza a servidores públicos ativos e inativos do Estado do Rio Grande do Sul.
- B) Gerir fundos e recursos arrecadados pelo IPE Prev/RS.
- C) Celebrar convênios, parcerias ou consórcios com outros estados da federação ou municípios com o objetivo de pagamento de benefícios.
- D) Aplicar recursos em títulos públicos, com exceção de títulos do Governo Federal do Brasil.
- E) Atuar como instituição financeira, bem como prestar fiança, aval ou obrigar-se, em favor de terceiros, por qualquer outra forma.

QUESTÃO 80 – De acordo com as lições do professor Humberto Ávila (2005):

- “Os princípios são normas imediatamente finalísticas, primariamente prospectivas e com pretensão de complementaridade e de parcialidade, para cuja aplicação demandam uma avaliação da correlação entre o estado de coisas a ser promovido e os efeitos decorrentes da conduta havida como necessária à sua promoção”.

Atualmente, a importância que os princípios jurídicos possuem no Direito Brasileiro evidencia-se, entre outros motivos, pelo fato de que essa espécie normativa é frequentemente enunciada nas próprias normas de direito positivo. Tendo em vista a legislação estadual aplicável ao Regime Próprio de Previdência Social do serviço público no Estado do Rio Grande do Sul (RPPS/RS), é INCORRETO afirmar que o RPPS/RS se rege por qual dos seguintes princípios?

- A) Equidade na forma de participação do custeio.
- B) Irredutibilidade do valor dos benefícios, salvo por erro de fixação.
- C) Gestão descentralizada através da participação de servidores estaduais (civis e militares), de aposentados e de representantes do governo em seus órgãos colegiados.
- D) Vedação à criação, à majoração ou à extensão de qualquer benefício sem a correspondente fonte de custeio total.
- E) Acesso às informações relativas à gestão dos fundos previdenciários.

QUESTÃO 81 – Nos termos da legislação estadual do Rio Grande do Sul, o Fundo Previdenciário (FUNDOPREV) é o órgão responsável pela implementação do regime financeiro de capitalização do RPPS/RS. Acerca do disposto, assinale a alternativa que NÃO representa espécie de receita do FUNDOPREV.

- A) Transferências em espécie apuradas a partir da receita de contribuições previdenciárias mensais de seus contribuintes, da contribuição do Estado (RS) e dos demais recursos a serem repassados pelo Tesouro do Estado (RS).
- B) Doações e dações efetivadas pelo Estado (RS) e que especificamente lhes forem destinadas.
- C) Produto das aplicações e investimentos realizados com os respectivos recursos do FUNDOPREV.
- D) Aluguéis e rendimentos derivados dos bens a eles vinculados, inclusive os decorrentes de alienações.
- E) Recursos da compensação previdenciária realizada com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou outro regime previdenciário, havidos de benefícios devidos a servidores que lhes sejam vinculados ou empregados urbanos cujos empregadores tenham sede no Estado (RS).

DIREITO DO TRABALHO

QUESTÃO 82 – A proteção do trabalhador tem diversas repercussões no sistema jurídico brasileiro, sendo os normativos do acidente de trabalho um de seus exemplos. A respeito do assunto, assinale a alternativa correta.

- A) Além da qualificação civil ou profissional de cada trabalhador, no livro de registro de empregados, deverão ser anotados todos os dados relativos à sua admissão no emprego, duração e efetividade do trabalho, a férias, acidentes e demais circunstâncias que interessem à proteção do trabalhador.
- B) Acidente de trabalho é aquele que ocorre no exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico, provocando lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, bem como a perturbação funcional que cause a morte ou a incapacidade permanente para o trabalho.
- C) Considera-se acidente de trabalho a aquisição de doença profissional, assim entendida como aquela adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente.
- D) Igualmente caracteriza-se como acidente de trabalho aquele sofrido pelo trabalhador no local e no horário do trabalho, em consequência de desabamento, inundação e incêndio, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.
- E) É subsidiária a responsabilidade do contratante de mão de obra terceirizada pelos acidentes de trabalho percebidos no contexto da prestação dos serviços.

QUESTÃO 83 – Analise os seguintes fragmentos de textos:

Texto 1:

“O ponto decisivo na distinção entre regras e princípios é que princípios são normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida possível dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes. Princípios são, por conseguinte, mandamentos de otimização, que são caracterizados por poderem ser satisfeitos em graus variados e pelo fato de que a medida devida de sua satisfação não depende somente das possibilidades fáticas, mas também das possibilidades jurídicas. O âmbito das possibilidades jurídicas é determinado pelos princípios e regras colidentes”.

ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 90.

Texto 2:

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...]

XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;”.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988).

Com base nos conceitos apresentados, é correto afirmar que o princípio constitucional da não discriminação salarial apresentado no Texto 2 enquadra-se ao conceito de princípio do Texto 1?

- A) Sim, pois o princípio constitucional apresentado no Texto 2 permite sua aplicação nos limites do possível, a depender de outros objetivos coletivos que se pretendam atingir no caso concreto, ou seja, como um mandamento de otimização, nos termos do Texto 1.
- B) Sim, uma vez que, como a teoria de Robert Alexy já foi utilizada como fundamento em diversos julgados do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), ela encontra ressonância com as normas jurídicas brasileiras e deve, por esse motivo, ser aplicada ao princípio previsto no Texto 2.
- C) Não, já que os princípios constitucionais aplicáveis ao Direito do Trabalho devem ser compreendidos como valores do sistema jurídico, os quais guiam a ação do legislador ordinário, mas não a decisão do magistrado.
- D) Não, tendo em vista que o princípio enunciado no Texto 2 caracteriza-se como uma garantia que deve ser respeitada e não dá espaço para juízos quanto à proporcionalidade de sua aplicação no caso concreto, distinguindo-se, assim, dos mandamentos de otimização apresentados no Texto 1.
- E) Não, uma vez que, por ter sido escrito por um autor estrangeiro, o Texto 1 se constrói a partir de uma outra perspectiva e não deve, portanto, ser utilizado para compreender um princípio jurídico brasileiro, como aquele apresentado no Texto 2.

QUESTÃO 84 – A negociação coletiva apresenta um caminho que pretende conciliar a autonomia negocial no Direito do Trabalho com o princípio proteção ao trabalhador. Em relação ao assunto, analise as seguintes assertivas:

- I. Conforme a jurisprudência predominante do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4), devem-se aplicar as normas coletivas da categoria diferenciada, ainda que o empregador não tenha participado da negociação coletiva.
- II. Tendo em vista o preceito de melhoria na condição social do trabalhador, os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) não permitem que a convenção ou o acordo coletivo violem a irredutibilidade salarial.
- III. Com o advento da Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467/2017, tornou-se facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- IV. No exame de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho analisará exclusivamente sua validade e conformidade aos elementos essenciais do negócio jurídico, balizando sua atuação pelo princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e III.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas II e IV.
- E) Apenas II, III e IV.

QUESTÃO 85 – Em função da quantidade de alterações que empreendeu, tanto no Direito do Trabalho, quanto no Direito Processual do Trabalho, a Lei nº 13.467/2017 ficou conhecida como Reforma Trabalhista. Com base na redação instituída por essa reforma e no texto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seus dispositivos sobre o ônus probatório no processo do trabalho, assinale a alternativa correta.

- A) Como regra, a Reforma Trabalhista de 2017 estabeleceu a divisão dinâmica do ônus da prova, a qual será determinada pelo juízo no caso concreto, levando em consideração a aptidão das partes para produção de cada prova.
- B) Com fundamento no princípio da proteção ao trabalhador, incumbe ao reclamante o ônus da prova dos fatos constitutivos de seu direito e que não apresentem verossimilhança com a narrativa da petição inicial.
- C) A ausência de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do reclamante deve ser comprovada pela própria parte reclamante.
- D) Em atenção ao princípio da instrumentalidade do processo trabalhista, a distribuição do ônus da prova com base na aptidão para sua produção pode ser realizada ao longo da fase de instrução probatória.
- E) A decisão de distribuição dinâmica do ônus da prova não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo pela parte responsável seja impossível ou excessivamente difícil.

QUESTÃO 86 – O comparecimento das partes em audiência e os efeitos de suas ausências foram um dos focos de atenção da Reforma Trabalhista de 2017, instituída pela Lei nº 13.467/2017. Considerando a atual redação da CLT, bem como a jurisprudência do STF em relação à matéria, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Não se opera a revelia da parte reclamada caso as alegações de fato formuladas pelo reclamante forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.
- B) À luz do texto em vigor da CLT, o empregador pode se fazer representar por preposto que não seja formalmente seu empregado.
- C) Ainda que ausente o reclamado, presente seu advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.
- D) Na hipótese de litisconsórcio passivo, caso um dos reclamados conteste a ação, sua não confissão quanto à matéria de fato alcança também os demais reclamados.
- E) Atualmente, o plenário do STF entende ser inconstitucional a exigência, para propositura de nova ação, do pagamento das custas da ação anterior na qual tenha havido ausência injustificada do reclamante à audiência, ainda que beneficiário da justiça gratuita.

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

QUESTÃO 87 – Sabrina, no dia do seu aniversário de 11 anos (02/01/2014), foi atacada e mordida pelo cachorro de sua vizinha, Isabela. O ataque e a mordida do cachorro de Isabela causaram cortes, hematomas e a amputação de um dos dedos da mão de Sabrina. Após 7 anos do ocorrido, quando completou a maioridade civil (02/01/2021), Sabrina decidiu buscar o reconhecimento de seus direitos e ser indenizada em decorrência dos danos materiais, morais e estéticos sofridos em razão das mordidas do cachorro de sua vizinha. Para isso, procurou orientação jurídica. Sobre essa hipotética situação, é correto afirmar que:

- A) Não é possível ajuizar ação indenizatória contra atos praticados por animais.
- B) Não é possível ajuizar ação, ante a ocorrência da prescrição, porque já ocorreu o transcurso de mais de 5 anos.
- C) É possível ajuizar a ação, pois a pretensão deduzida por Sabrina não prescreveu. Embora o prazo prescricional seja de 3 anos, ele não flui para os menores absolutamente incapazes.
- D) É possível ajuizar ação, pois a pretensão deduzida por Sabrina não prescreveu, porque as ações indenizatórias decorrentes de atos praticados por animais são imprescritíveis.
- E) É possível ajuizar ação indenizatória contra atos praticados por animais, indicando como réu, no processo, o Município e o Estado da localidade do fato.

QUESTÃO 88 – “A vantagem que tal modalidade testamentária apresenta consiste no fato de manter em segredo a declaração de vontade do testador, pois em regra só este conhece o seu teor. Nem o oficial nem as testemunhas tomam conhecimento das disposições, que, em geral, só vêm a ser conhecidas quando o instrumento é aberto após o falecimento do testador” (Gonçalves, 2017). O trecho apresentado refere-se a qual forma de testamento?

- A) Público.
- B) Particular.
- C) Nuncupativo.
- D) Cerrado.
- E) Militar.

QUESTÃO 89 – Calçados e Bolsas LTDA contratou a Vidraçaria Vilson Leão para feitura e instalação de portas e prateleiras de vidros para inauguração de uma nova unidade, marcada para duas semanas antes do natal. A Vidraçaria Vilson Leão cobrou pelo serviço R\$ 40 mil reais, exigindo o pagamento adiantado da quantia de R\$ 20 mil reais. Calçados e Bolsas LTDA concordou e pagou a quantia exigida, a título de adiantamento, pelo prestador de serviço, com 30 dias de antecedência da inauguração da loja. Faltando 10 dias para a data de execução do serviço contratado, o prestador de serviço começou a não responder as mensagens do tomador de serviço. Calçados e Bolsas LTDA, diante da proximidade do natal, contratou outro prestador de serviço, pagando a quantia de R\$ 28 mil reais, e o serviço foi finalizado 10 dias antes do natal, podendo a loja ser inaugurada. Diante dessa hipotética situação, é correto afirmar que Calçados e Bolsas LTDA:

- A) Tem direito à rescisão do contrato celebrado com Vidraçaria Vilson Leão e a exigir a devolução da quantia dada como adiantamento mais o equivalente, com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, juros e honorários de advogado.
- B) Não tem direito à rescisão do contrato celebrado com Vidraçaria Vilson Leão, porque conseguiu contratar outro prestador de serviço por preço menor.
- C) Tem direito à rescisão do contrato celebrado com Vidraçaria Vilson Leão e a exigir apenas indenização do valor de R\$ 8 mil reais, correspondente à diferença do que gastou a mais, considerando o valor inicialmente negociado.
- D) Não tem direito à rescisão do contrato celebrado com Vidraçaria Vilson Leão, porque contratou outro prestador de serviço, sem antes notificar, judicial ou extrajudicialmente, o primeiro contratado.
- E) Tem direito apenas à restituição da quantia que efetivamente pagou à Vidraçaria Vilson Leão, ou seja, R\$ 20 mil reais.

QUESTÃO 90 – “Mudança jurídica pela qual a sociedade mantém sua existência, mas altera seu ato constitutivo para assumir um novo tipo societário. A título de exemplo, uma sociedade limitada pode tornar-se sociedade anônima. A mudança independe de dissolução ou liquidação da sociedade, mas deve obediência aos preceitos reguladores da constituição e inscrição próprios do tipo em que vai converter-se, bem como depende do consentimento de todos sócios quotistas ou acionista, salvo a existência de situação diversa prevista no ato constitutivo. Tal mudança na estrutura jurídica da sociedade não modifica nem prejudica, em qualquer caso, os direitos dos credores, que continuarão, até o pagamento integral dos seus créditos, com as mesmas garantias que o tipo anterior de sociedade lhes oferecia” (Mamede, 2023). O trecho descreve o(a):

- A) Fusão de sociedades.
- B) Transformação de sociedades.
- C) Cisão de sociedades.
- D) Incorporação de sociedades.
- E) Desmembramento de cooperativas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 91 – Camila, servidora pública estadual, impetrou, diretamente no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (ação originária do Tribunal), mandado de segurança contra ato da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que indeferiu pedido seu de licença remunerada, por dois anos, para poder cursar Doutorado em Ciências Políticas na França. Após o regular trâmite procedimental, o referido tribunal concedeu parcialmente a ordem de segurança à Camila, reconhecendo que a impetrante possui direito líquido e certo de obter licença para se especializar, mas sem remuneração durante o período de afastamento. Diante dessa hipotética situação, assinale a alternativa correta a respeito da possibilidade de interposição de recursos e de quem pode interpô-los, excluindo-se a hipótese de embargos de declaração.

- A) Apenas Camila pode recorrer e deverá, se quiser, interpor Recurso Ordinário Constitucional.
- B) Camila pode interpor Recurso Ordinário Constitucional, e o Estado do Rio Grande Sul e a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul podem, em tese, interpor Recurso Especial e/ou Extraordinário, conforme o caso.
- C) Somente o Estado do Rio Grande do Sul e a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul podem, em tese, recorrer, devendo interpor, se for o caso, Recurso Especial e/ou Extraordinário.
- D) Tanto Camila como o Estado do Rio Grande do Sul e a Assembleia do Rio Grande do Sul podem recorrer, devendo interpor, se for o caso, Recurso Ordinário Constitucional.
- E) Por se tratar de decisão colegiada do Tribunal de Justiça em mandado de segurança, não é cabível a interposição de qualquer recurso, seja em favor de Camila ou do Estado do Rio Grande do Sul/Assembleia do Rio Grande do Sul.

QUESTÃO 92 – Marina é servidora pública do Estado do Rio Grande do Sul, com lotação e domicílio no Município de Canoas. Marina pretende ajuizar ação contra o Estado do Rio Grande do Sul, para cobrar o pagamento de gratificações e adicional desempenho não recebidos nos últimos 4 anos. Suponha-se que no Município de Canoas tenha sido instalada uma unidade do Juizado Especial da Fazenda Pública. Acerca dessa hipotética situação, é correto afirmar que:

- A) Marina deve obrigatoriamente ajuizar tal ação perante o Juizado Especial da Fazenda Pública, cujo limite para processar, conciliar e julgar as causas que envolvam interesse do Estado é de até 40 salários mínimos.
- B) Marina tem a faculdade de escolher ajuizar tal ação perante o Juizado Especial da Fazenda Pública ou perante a Justiça Comum, independentemente de qual seja o valor do crédito que tem a receber do Estado.
- C) Marina deve obrigatoriamente ajuizar tal ação perante a Justiça Comum caso o valor do crédito que tem a receber seja superior ao equivalente a 60 salários mínimos.
- D) Se o crédito que Marina tem a receber for igual ou inferior a 60 salários mínimos, a ação deve obrigatoriamente ser ajuizada perante o Juizado Especial da Fazenda Pública.
- E) Marina tem a faculdade de ajuizar a ação perante o Juizado Especial da Fazenda Pública ou à Justiça Comum se o seu crédito não ultrapassar o equivalente a 50 salários mínimos.

QUESTÃO 93 – As tutelas provisórias de urgência possuem várias características que as distinguem das tutelas definitivas. Sobre o assunto, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Código de Processo Civil (CPC/2015) inovou ao permitir, expressamente, que o magistrado conceda tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, *ex officio*.
- B) As tutelas provisórias de urgência são sumárias, uma vez que possuem procedimento simplificado, cuja finalidade é atender aquelas situações em que haja perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
- C) Se a parte requerer a concessão de tutela de urgência cautelar, mas o magistrado verificar que o adequado é a tutela antecipada, poderá conceder esta ao invés daquela.
- D) As tutelas provisórias são passíveis de modificação e revogação a qualquer tempo do processo, não havendo formação de coisa julgada material em relação às suas decisões.
- E) A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.

QUESTÃO 94 – Jorge instaurou processo de execução em desfavor de Bruna para receber a quantia de R\$ 89.654,00 referente a uma nota promissória. A executada foi regularmente citada para pagar o débito, mas se manteve inerte e nem sequer ofereceu embargos à execução. Assim, o juiz responsável pela execução procedeu à penhora do veículo de propriedade da executada, sendo tal bem avaliado em R\$ 55 mil reais. O exequente pretende adjudicar o bem. Diante do exposto, é correto afirmar que:

- A) Não é possível adjudicar o bem, pois seu valor é inferior ao da execução.
- B) Somente é possível realizar a adjudicação se o executado, o Ministério Público e o juiz concordarem com ela.
- C) O exequente tem direito à adjudicação do bem penhorado, mas terá que desistir do saldo remanescente da execução.
- D) A adjudicação pode ser realizada, pois o bem penhorado não é imóvel.
- E) O exequente tem direito à adjudicação do bem pelo valor da avaliação.

QUESTÃO 95 – Segundo Brêtas (2023), “por meio da contestação, acobertado pelas garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, normas fundamentais do processo (Constitucional Federal, artigo 5º, LV; Código de Processo Civil, artigos 1º, 7º e 9º), o réu pode e deve manifestar no processo de forma exaustiva sobre todas as questões de fato e de direito discutidas. É com a contestação que o réu impugna a causa de pedir narrada (fundamento do pedido) e o consequente pedido formulado (objeto do processo) pelo autor na petição inicial, ali também especificando as provas que pretende produzir em prol de suas alegações fáticas (Artigo 336)”. Em relação à contestação, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () A litispendência e a coisa julgada são preliminares dilatórias.
- () A prescrição e a decadência são consideradas questões preliminares ao mérito.
- () O termo inicial do prazo para oferecer contestação é a data da audiência de conciliação ou de mediação.
- () Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – F – V.
- B) F – F – V – V.
- C) V – F – V – F.
- D) F – V – F – V.
- E) V – V – F – F.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 96 – Acerca da classificação doutrinária das infrações penais, é correto afirmar que:

- A) Os chamados crimes preterdolosos têm como característica a presença de uma conduta culposa no antecedente e uma conduta dolosa no consequente.
- B) Crime material é aquele cuja consumação independe da produção naturalística de determinado resultado.
- C) Consideram-se monossujeitos os crimes nos quais se protege um único bem jurídico.
- D) No crime impossível, não existe previsão em nosso ordenamento jurídico da infração penal que o agente pretende praticar.
- E) Os crimes unissubsistentes são aqueles em que não se pode fracionar o *iter criminis*.

QUESTÃO 97 – Aníbal adquiriu uma arma de fogo na data de 10 de janeiro de 2023. Uma semana depois, com *animus necandi*, utilizando a arma, realizou disparos contra sua ex-companheira, Aurora, que em razão do fato veio a óbito na data de 29 de janeiro de 2023. Tomando por base os fatos narrados, em relação ao tempo do crime, pode-se afirmar corretamente que:

- A) O crime se consumou na data de 29 de janeiro de 2023.
- B) Considera-se consumado o crime tanto na segunda como na terceira data.
- C) O crime se consumou na data de 17 de janeiro de 2023.
- D) O crime se consumou na data de 10 de janeiro de 2023.
- E) Não é possível determinar o tempo do crime no caso descrito.

QUESTÃO 98 – Bruno, com *animus necandi*, disparou duas vezes contra seu inimigo Tobias, atingindo-o certamente no braço. Contudo, ainda que pudesse realizar mais disparos, espontaneamente, após lembrar-se dos preceitos religiosos que o guiavam, deixou de prosseguir no intento de consumar o crime. No caso em apreço, Bruno poderá responder por:

- A) Tentativa de homicídio, em razão da hipótese de desistência voluntária.
- B) Lesão corporal, em razão da hipótese de desistência voluntária.
- C) Homicídio culposo consumado, em razão da hipótese de arrependimento eficaz.
- D) Tentativa de homicídio, em razão da não consumação do crime.
- E) Homicídio doloso consumado.

QUESTÃO 99 – Galdino, estagiário da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, com a ajuda de seu primo, Everardo, subtraiu dois pacotes de folhas do gabinete em que trabalhava. Em relação ao caso apresentado, é correto afirmar que:

- A) Não é possível a coautoria, pois apenas Galdino ostenta a especial qualidade exigida pelo tipo penal de peculato, qual seja, a condição de funcionário público.
- B) Ambos respondem pelo crime de peculato em razão de Galdino ostentar a condição de funcionário público.
- C) A doutrina e a jurisprudência são uníssonas no acolhimento do princípio da insignificância, dada a robusta condição econômica do Estado.
- D) Ambos respondem por furto, em razão de não serem tecnicamente funcionários públicos.
- E) Trata-se de crime culposo, portanto, a ação penal é pública condicionada à representação.

QUESTÃO 100 – A respeito do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, expresso em súmulas sobre a matéria penal e processual penal, assinale a alternativa correta.

- A) É aplicável a consunção entre o delito de embriaguez ao volante e o de condução de veículo automotor sem habilitação.
- B) O crime de fraude à licitação é material, e sua consumação não prescinde da comprovação do prejuízo ou da obtenção de vantagem.
- C) O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), bem como os efeitos secundários, penais ou extrapenais.
- D) O princípio da insignificância é aplicável aos crimes contra a Administração Pública.
- E) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.